O Suspicious Transaction Reporting Office

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O STRO (Suspicious Transaction Reporting Office) recebe as comunicações de operações suspeitas que o CDSA exige de toda pessoa no exercício de sua atividade, juntamente com os relatórios de movimentação de numerário e de operações em espécie. Analisa-as, difunde informações de inteligência ao CAD e a outros órgãos e troca informações com unidades de inteligência financeira estrangeiras por meio do Grupo de Egmont. Sua posição dentro do CAD, como divisão de um departamento policial, o distingue do MROS suíço, que funciona no fedpol e atua como filtro administrativo entre os intermediários financeiros e o Ministério Público (ver Parte F, Capítulo V). Em Singapura, a comunicação vai diretamente para os analistas do próprio órgão investigador, o que encurta o caminho entre a comunicação e a investigação.

Para os prestadores de serviços de digital payment token ("token de pagamento digital"), o dever de comunicação é reforçado pela MAS Notice PSN02, que exige que as comunicações sejam apresentadas prontamente e, em qualquer caso, dentro de um prazo determinado após a formação da suspeita, com cópia à MAS (ver Parte L, Capítulo IV). O STRO publica estatísticas anuais. As comunicações de licenciados de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

digital payment tokens passaram de uma parcela insignificante antes de 2020 a uma categoria mensurável, embora os bancos continuem sendo, de longe, os maiores comunicantes.[1]

Notas

1. Relatórios anuais do STRO 2021–2024, Singapore Police Force. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com